

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SUAS PERSPECTIVAS

RESUMO

A avaliação desenvolveu-se nas últimas décadas associada à escassez e ao corte de recursos por parte do Estado para financiar a educação, uma vez que a reestruturação do setor produtivo tem demandado novas exigências tanto ao Estado quanto ao setor educacional, implicando em transformações dos seus princípios tradicionais e levando essas instituições a aderirem aos mecanismos de mercado e de produtividade, o que representa a busca de financiamento tanto do setor público quanto do privado. Envolvendo milhares e milhares de estudantes, centenas e Instituições de Ensino Superior (IES), a avaliação em cursos de graduação no Brasil é regulamentada pelo governo, e conduzida pelo Conselho Nacional de Avaliação Superior CONAES. O objetivo deste trabalho é analisar as perspectiva do processo de Avaliação das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Percorrendo a história da avaliação e trazendo o pensamento de muitos autores, este trabalho revisita o campo e os fins da avaliação institucional em suas funções regulatórias e de aperfeiçoamento; valendo-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, utilizando o método de levantamento de fontes primárias e secundárias, como relatórios, relatos, entrevistas e constatações do autor (participante de CPA). A universidade é uma instituição pedagógica e construída historicamente. Por isso, é melhor compreendida quando vista nos seus dispositivos de ação, e não nos seus “produtos destacados”. O sentido pedagógico da avaliação institucional não está em seu resultado final, quantificado em produto. Mas sim nos movimentos intersubjetivos que compõe a universidade. Construir o conhecimento é ao mesmo tempo construir as sociedades e as condições de vida futura da humanidade.

Palavras-chave: Perspectiva; Reestruturação; Institucional; Produtividade.

ABSTRACT

The assessment developed in recent decades associated with shortages and cutting resources from the state to fund education, since the restructuring of the productive sector has demanded new demands both the state and the educational sector, implying transformations of its traditional principles and leading these institutions to adhere to market mechanisms and productivity, which is seeking funding from both public sector and private. Involving thousands and thousands of students, hundreds and Higher Education Institutions (HEI), the evaluation of undergraduate courses in Brazil is regulated by the government and conducted by the National Council for Higher Rating CONAES. The objective of this study is to analyze the perspective of the evaluation process of higher education institutions in Brazil. Going through the assessment of history and bringing the thinking of many authors, this work revisits the field and institutional evaluation purposes in their regulatory functions and improvement; drawing on a bibliographical, descriptive and qualitative research using the survey method of primary and secondary sources, such as reports, reports, interviews and author's findings (CPA participant). The university is an educational institution and historically constructed. So it is better understood when seen in their action devices, and not in their "featured products". The pedagogical sense of institutional assessment is not at its end result, quantified product. But in intersubjective movements that make up the university. Building knowledge is at the same time building societies and conditions for the future of mankind lives.

Keywords: Perspective; Restructuring; institutional; Productivity.

INTRODUÇÃO

As transformações do sistema produtivo tiveram impacto na estrutura do Estado e na sociedade fazendo emergir novos paradigmas de conhecimento, ressignificando o conceito de educação e de políticas de avaliação adotadas pelos governos neste contexto.

Neste cenário, o paradigma hegemônico adotado é o da avaliação técnico-instrumental-objetivista. Dias Sobrinho e Balzan (2000) e Ristoff (2000) fazem uma crítica à avaliação técnico-instrumental na qual apresentam seu grande poder discursivo ideológico que reforça as práticas neoliberais. Propõe um modelo de avaliação que valoriza os aspectos políticos, sociais e culturais, que ressignifica os conceitos de qualidade e eficiência; compreende cada instituição educacional com sua própria cultura e história, visando superar o paradigma positivista/objetivista da avaliação proposta pelo Estado avaliador.

Observando tal questão mais detidamente, a partir das reflexões de Dias Sobrinho (2000), tratamos a seguir, sobre pontos importantes da avaliação institucional, apresentando o cenário conjuntural e estrutural desta temática – a avaliação e as perspectivas tecnológicas, políticas e sociais, marco teórico e campo político, funcionamento e modos sociais da avaliação institucional.

Segundo Merion Bordas (1994) a universidade, deve gerar respostas efetivas aos problemas mais concretos que sufocam a sociedade. Contemplando aspectos formativos, punitivos, políticos e repercussões sociais, a avaliação institucional, percorreu um longo caminho até os dias de hoje, perpassando diversos conceitos apropriados das mais diversas áreas científicas. A avaliação do Ensino Superior no Brasil e o credenciamento das Instituições de Ensino Superior – IES é atribuição do Estado, através do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES. A autoavaliação é entendida no SINAES como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição.

Avaliação Institucional é um processo, inserido nas escolas públicas ou privadas, com a finalidade de avaliar as instituições, visando uma reflexão coletiva que possibilite uma gestão democrática e comprometida com a transformação social, e leve os educadores a unir esforços no sentido da efetivação da melhoria da qualidade do ensino. A Avaliação Educacional aliada à Avaliação Institucional trarão possibilidades de se discutir a situação da escola, os problemas existentes e suas potencialidades. É imprescindível que a partir dessas discussões sejam traçadas metas e estabelecidos planos para que se chegue ao ponto desejado.

DESENVOLVIMENTO

Dias Sobrinho (2000, p. 75) explicitamente discorda do paradigma positivista/objetivista da avaliação, uma vez que “esse modelo não dá conta da multiplicidade de dimensões dos âmbitos educativos, da complexa dinâmica da realidade social.” Por isso destaca: “sem a dimensão da política e da ética, o especialista assume o lugar do cidadão, a racionalidade técnica e instrumental reprime a realidade multidimensional e dialógica da sociedade.” Frente a esse aspecto, Grego (1997) afirma que a avaliação institucional não pode minimizar o trabalho pedagógico aos dados quantitativos. Neste caso, entendemos que a avaliação não é um processo interno e neutro, resumindo-se a descrição de fenômenos. A avaliação deve intervir qualitativamente na consolidação institucional, pedagógica da

escola, e necessita ultrapassar o domínio tecnicista, sagrando a dinâmica da escola, enquanto organização complexa e viva, estabelecendo o sujeito coletivo.

Desse modo, defendemos que o princípio da avaliação de instituições educativas é patrimônio cultural e prática inalienável da comunidade escolar e das instituições públicas da área definidoras dos princípios, métodos, objetivos e critérios não-punitivos, mas sim formativo-pedagógicos.

Para finalizar a discussão acerca dos embates entre as perspectivas técnicas – “racionalidade instrumental”, “economicismo” e “qualidade total” – e sociais e políticas – “conceitualização”, “contextualização” e “qualidade social” – da avaliação institucional, levantamos alguns cuidados quanto aos riscos dos processos da avaliação nas instituições educacionais. São eles:

1. Assegurar às instituições educativas a titularidade dos processos de avaliação;
2. O compromisso da titularidade deve ser também um compromisso com a missão institucional em sua face social e pública;
3. É necessário afastar a exclusividade da perspectivação tecnológica e sua metodologia estereotipada;
4. Ter consciência do risco de transformar a avaliação em controle, opressão;
5. A avaliação deve ser um instrumento de busca da “qualidade negociada”;

Quando se aborda a relação entre os aspectos políticos e técnicos, percebe-se que a avaliação institucional representa uma arena de disputas, marcada por um debate ético e político, envolvendo juízos de valor; por essa razão é importante tratar as instituições de forma singular, respeitando aspectos culturais e históricos (cf. RISTOFF, 2000; DIAS SOBRINHO, 2000). Neste sentido, as avaliações institucionais atuam como instrumentos “quase técnicos, sempre sociais e éticos”, em função do que se destaca pois:

A avaliação significativa nos obriga a levantar as grandes questões sobre os fundamentais temas da universidade e nos impele a respondê-las, atribuindo-lhe juízos de valor. [...] O caráter operativo da avaliação consiste, portanto e sobretudo, em sua dimensão política e, conseqüentemente, filosófica. [...] Ora, a tomada de decisões na perspectiva da melhora implicaria julgamentos de valor e posicionamentos políticos, não simplesmente técnicos. [...] A avaliação institucional deve ser vista como uma questão também pública, não só técnica, e de amplas conseqüências na e para a sociedade (DIAS SOBRINHO, Idem, p. 90 e 91). O princípio da “institucionalidade” parece apresentar limitações. A primeira limitação refere-se à fragilidade do conceito de “sujeito coletivo”, uma vez que o conceito adotado é muito amplo para realidades postas na avaliação institucional, tanto que o autor restringe-o aos aspectos “dos que se legitimam pela vontade política de participar”, “pelas qualidades técnicas e éticas”, e “reconhecidos pelos pares”.

Observa-se que estes três aspectos poderão ocorrer de uma maneira dinâmica e não linear. A segunda limitação refere-se ao objeto da avaliação, pois no caso apresentado, a instituição deve ser avaliada em seu conjunto e de maneira articulada, dando ênfase às decisões coletivas. É em relação às decisões coletivas a que direcionamos nosso comentário, pois na maioria das vezes as decisões não são tomadas de forma coletiva, muito embora devesse ser. Outro princípio ressaltado por Dias Sobrinho (2000, p. 104) é o da “globalidade”, um princípio “heurístico”.

A avaliação institucional deve pretender estender uma visão global sobre a universidade, em toda sua complexidade. [...] A avaliação institucional deve contribuir para o desenvolvimento da pedagogia da integração na universidade. [...] A visão da globalidade

como princípio heurístico é, portanto, uma reconstrução da articulação, da integração, do inter-relacionamento das partes.

Esta é uma questão bastante complexa da avaliação institucional. A articulação colocada pelo autor não se apresenta de forma tão linear quanto à descrita acima. Essa articulação tem sido um dos maiores entraves ao atual processo de implementação da avaliação institucional nas instituições educacionais no Brasil. Em relação ao que se convencionou chamar de princípio da “comparabilidade”, Ristoff (2000, p. 43) entende que a palavra significa no contexto, na verdade, nada mais de que a busca de um linguajar comum dentro da universidade e entre as universidades.

[...] A idéia é a da comparabilidade, no sentido de buscarmos uma uniformidade básica de metodologia e indicadores. [...] A comparabilidade, entretanto, precisa vir acompanhada de outro princípio – o do *respeito à identidade institucional*, pois as montanhas menores e os rios mais rasos também têm sua importância e a sua contribuição a dar. O princípio do *respeito à identidade institucional* busca, justamente, contemplar as características próprias das instituições e visualizá-las no contexto das inúmeras diferenças existentes no país. O autor apresenta esse princípio associado ao conceito do “princípio de identidade institucional”, que é denominado por Dias Sobrinho de “institucionalidade”. Talvez seja possível relacioná-los, como defende os autores, através da uniformidade metodológica. Contudo, apenas cercar-se dos aspectos metodológicos possivelmente não será suficiente para alicerçar a articulação entre esses conceitos.

A continuidade é também um aspecto importante da avaliação institucional, pois representa a possibilidade da construção contínua da cultura da avaliação nas instituições da educação superior. Entretanto, para que esse aspecto possa acontecer será necessária a integração com demais princípios da avaliação institucional no sentido de perpetuar esse processo no interior da instituição. E isso não será tarefa fácil para ser desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao que a avaliação institucional possa permitir, está a possibilidade de nos lembrar o compromisso pessoal com o projeto coletivo, criando e ampliando espaços de negociação no sentido de construir possibilidades superadoras dos limites verificados na presente organização destas instituições e de nos permitir o autoexame de nossas responsabilidades individuais. No entanto, podemos compreender que não é fácil a tarefa de difundir esses valores no ambiente das instituições educacionais diante de tantos interesses materializados nas tensões que perpassam o campo da avaliação institucional. Nossa opinião, é que passemos a dialogar e negociar a construção de mecanismos eficazes que possam em nossas redes, em nossas instituições educacionais, materializarem uma prática avaliativa respeitadora de nossas identidades e histórias, capazes de potencializar uma ampla negociação com os que fazem essas instituições em torno do projeto pedagógico e das demandas postas, abarcando um sistema de monitoramento de qualidade público, talvez possam fazer a diferença.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais. In: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

GREGO, Sônia Maria Duarte. A meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. – Campinas, SP: Autores Associados, 1997. – (Coleção educação contemporânea).

RISTOFF, Dilvo. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Org.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000. **sistema educacional: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2007

LOPES, Maurício Antonio, **Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, São Paulo-Editora Revista dos Tribunais, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In SILVA, Luiz Heron da, org. A Escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis, Vozes, 1998 p. 300-307

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: Da excelência à regulação das Aprendizagens**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

SEED, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação Institucional da Educação Básica no Paraná: Processo de Auto Avaliação** - Escola. SEED, 2003 -2006.